



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA MT VIDEO PRODUÇÕES LTDA. - EPP, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGENS, EDIÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO DE EVENTOS, PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS E PROMOCIONAIS/INSTITUCIONAIS/DOCUMENTAIS E PRODUÇÃO DE ÁUDIOS. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8507980-93.2019.8.06.0000).

CT N.º 38/2019

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Bairro Cambéba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo e por seu Chefe da Assessoria de Comunicação Social, José Ilo Santiago Júnior, e a empresa **MT VIDEO PRODUÇÕES LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.914.836/0001-64, estabelecida na Rua Visconde de Mauá, nº 2902, Bairro Dionísio Torres, Fortaleza/CE, CEP nº 60125-161, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Marcus Antônio Fernandes Távora Teixeira, portador da Carteira de Identidade Nº [REDAZIDA] SSP/CE, e do CPF nº [REDAZIDA], daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2019, realizado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, através da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 010/2019, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8507980-93.2019.8.06.0000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços de filmagem, edição e pós-produção de eventos, produções jornalísticas e promocionais/institucionais/documentais e produção de áudios, para veiculação em locais de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ 265.430,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta reais), de acordo com os quantitativos e preços abaixo:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO R\$	VALOR TOTAL REGISTRADO R\$
1	Captação em formato jornalístico ou promocional/institucional/documental (interno / externo), com 1 câmera, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica formada de cinegrafista, iluminador, repórter (para formato jornalístico) ou produtor (para formato promocional/institucional/documental), kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão), transporte de equipe e equipamentos. Em Fortaleza.	100	DIÁRIA DE 8 HORAS	R\$ 800,00	R\$ 80.000,00
4	Cobertura de evento/atividade com 1 câmera, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica formada por cinegrafista, iluminador, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão), transporte de equipe e equipamentos. Em Fortaleza.	50	Evento/atividade de até 04 horas	R\$ 830,00	R\$ 41.500,00
5	Cobertura de evento/atividade com 1 câmera, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica formada por cinegrafista, iluminador, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão), transporte de equipe e equipamentos. Em municípios distantes até 300 quilômetros de Fortaleza.	10	Evento/atividade de até 04 horas	R\$ 900,00	R\$ 9.000,00
6	Cobertura de evento/atividade com 1 câmera, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica formada por cinegrafista, iluminador, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão), transporte de equipe e equipamentos. Em municípios distantes até 600 quilômetros de Fortaleza.	5	Evento/atividade de até 04 horas	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00
7	Cobertura de evento/atividade com 1 câmera, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica formada por cinegrafista, iluminador, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão), transporte de equipe e equipamentos. Em Fortaleza.	30	Evento/atividade de até 08 horas	R\$ 1.000,00	R\$ 30.000,00
10	Cobertura de evento/atividade com 2 câmeras, padrão HD (1920 x 1080), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio direto da mesa de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local, de responsabilidade da PGJ/CE. Equipe técnica completa com 2 cinegrafistas, operadores e diretor de corte, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão). Transporte de equipe e equipamentos. Solenidades, Seminários e Cursos. Em Fortaleza.	5	Evento de até 06 horas.	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00
11	Cobertura de evento/atividade com 2 câmeras, padrão HD (1920 x 1080), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio direto da mesa de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local, de responsabilidade da PGJ/CE. Equipe	1	Evento de até 06 horas.	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

	técnica completa com 2 cinegrafistas, operadores e diretor de corte, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão). Transporte de equipe e equipamentos. Solenidades, Seminários e Cursos. Em municípios distantes até 300 quilômetros de Fortaleza.				
12	Cobertura de evento/atividade com 2 câmeras, padrão HD (1920 x 1080), com unidade de corte, gerador de caracteres, captura de áudio direto da mesa de áudio do local, com possibilidade de transmissão simultânea para sistema de projeção do local, de responsabilidade da PGJ/CE. Equipe técnica completa com 2 cinegrafistas, operadores e diretor de corte, kit de iluminação compatível ao local indicado previamente e kit de microfones (lapela e microfone de mão). Transporte de equipe e equipamentos. Solenidades, Seminários e Cursos. Em municípios distantes até 600 quilômetros de Fortaleza.	1	Evento de até 06 horas.	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
13	Captação em estúdio com cenário da detentora da Ata, conforme a necessidade da Administração, a ser comunicada quando do acionamento da Ata de Registro de Preços, para entrevista, com 2 câmeras, padrão HD (1920 x 1080), com equipe técnica completa, iluminação de estúdio, mesas de áudio e vídeo, kit de microfones (lapelas) para até 5 (cinco) pessoas, incluindo apresentador(a). Talk Show, entrevistas e debates. A detentora da Ata deve dispor de estúdio com estrutura de mobiliário e cenário compatível ao formato escolhido.	7	Gravação de até 02 horas.	R\$ 5.450,00	R\$ 38.150,00
14	Câmera adicional para cobertura de evento e/ou captação de entrevista, padrão HD (1920 x 1080), com cinegrafista.	6	POR UNIDADE	R\$ 100,00	R\$ 600,00
15	Elaboração de roteiro para vídeo institucional e/ou promocional com ou sem texto de off, com ou sem sonoras, com ou sem gravação de off por jornalista ou locutor, com ou sem sonorização. Neste item estão previstas produções com formatos promocional/institucional/documental de uso comum em publicidade, seguindo briefing da PGJ/CE.	20	Por vídeo de até 05 minutos.	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
16	Elaboração de roteiro para vídeo jornalístico com texto de off, sonoras, passagem do repórter, encerramento (quando necessário), com gravação de off por jornalista ou locutor. Neste item estão previstas produções como notas cobertas, reportagens, flashes, audiotapes, entrevistas, locuções, e outros formatos de uso comum em telejornalismo.	20	Por vídeo de até 05 minutos.	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
17	Equipe criativa para produção de vídeo institucional e/ou promocional, composta de diretor de cena, diretor de fotografia e produtora.	25	Por diária de 8h	R\$ 100,00	R\$ 2.500,00
18	Edição de matéria jornalística e vídeo de até 05 minutos utilizando imagens captadas pela detentora do registro durante a execução da ARP e/ou banco de imagens da PGJ/CE. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha.	240	Hora/ilha	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	DVDs inclusos.				
19	Edição Simples de vídeo de cobertura de eventos para acervo, utilizando imagens captadas pela detentora do registro durante a execução da ARP e/ou banco de imagens da PGJ/CE. Edição simples, sem roteiro específico. Com inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha. DVDs inclusos.	240	Hora/ilha	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
20	Edição de vídeo institucional e/ou promocional, utilizando imagens captadas pela detentora do registro durante a execução da ARP e/ou banco de imagens da PGJ/CE. Ilha de edição compatível com o formato das imagens captadas, com profissionais especializados para a utilização da ilha, atendendo roteiro produzido especificamente para o vídeo. Incluído serviço de pós-produção com capacidade de elaboração de mapas, infográficos, motion graphics, letterings, e outros recursos videográficos. DVDs inclusos.	240	Hora/ilha	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
21	Produção de vinhetas animadas e sonorizadas, em computação gráfica 2D para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (abertura, transição e encerramento de vídeo).	10	POR CONJUNTO	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
22	Trilha sonora de banca de trilha licenciada, aplicada em estúdio de áudio, em vídeos e/ou matéria jornalística.	25	Por minuto de vídeo	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00
25	Repórter/Apresentador para atuar em vídeo.	20	Diária de 04 horas	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
26	Repórter/Apresentador para atuar em vídeo.	10	Diária de 08 horas	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
28	Cópia de material em DVD.	30	UNIDADE	R\$ 5,00	R\$ 150,00
29	Entrega de material em formato web (flv, mov, wmv, mp4), além das duas cópias em DVD obrigatórias de cada edição.	30	UNIDADE EXTRA	R\$ 10,00	R\$ 300,00
30	Produção de spot jornalístico ou promocional de rádio.	5	Por spot de até 03 minutos	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
31	Produção de vinheta para spot de rádio	2	VINHETA	R\$ 115,00	R\$ 230,00
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$ 265.430,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, na seguinte dotação orçamentária:

04200091.02.122.500.22576.15.33903900.27000.1.20



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Contrato terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO, DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Durante a vigência do Contrato, a gestão será realizada pelo Chefe da Assessoria de Comunicação, ao qual compete a atribuição de ordenador de despesa e de monitorar a execução do contrato, encaminhando, mensalmente, atesto relativo à prestação dos serviços, comunicando os serviços realizados ao longo do mês.

6.2. A fiscalização será realizada por 1 (um) servidor efetivo, lotado na Assessoria de Comunicação Social, ao qual caberá informar ao gestor do contrato eventuais descumprimentos de cláusulas contratuais ou quaisquer outros fatos que desabonem o pagamento mensal do contrato, além do repasse de informações oriundas da CONTRATADA sobre qualquer irregularidade constatada na execução do objeto.

6.3. O representante do órgão gestor responsável pela fiscalização atuará com a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

6.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666 de 1993.

6.5. O responsável pela fiscalização anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos para as providências cabíveis por parte da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

7.1. Competirá ao órgão gestor do Contrato as atribuições estabelecidas nos incisos I ao VII do art. 17 do Decreto Estadual nº 32.824/2018 e ainda:

7.2.1 Receber o objeto que atender aos requisitos deste contrato;

7.2.2 Atestar a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada.

7.2.3 Proceder ao pagamento na forma e prazo pactuados.

7.2.4 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o produto.

7.2.5 Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência ou falha relacionada à entrega do produto e execução dos serviços.

7.2.6 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir as especificações previstas neste Contrato.

7.2.7 Determinar a retificação de dados pela contratada sempre que detectar inconsistência entre os documentos fiscais e os relatórios de acompanhamento.

7.2.8 Receber o objeto que atenda as especificações contidas neste Contrato;

7.3 A contratada, durante o prazo de validade deste Contrato, fica obrigado a:

7.3.1 Dispor de equipe técnica qualificada e material técnico necessário para a adequada prestação dos serviços, com capacidade de pronta mobilização, para o atendimento das demandas encaminhadas pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante chamados prévios.

7.3.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao TJCE.

7.3.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto ou serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.3.4 Utilizar equipamentos profissionais adequados e tecnologicamente atualizados para cada tipo de serviço.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

7.3.5 Efetuar a entrega do objeto no(s) prazo(s) estipulado(s), de acordo com as especificações constantes deste contrato;

7.3.6 Comunicar à Assessoria de Comunicação Social por e-mail (imprensa@tjce.jus.br) e por telefone (85-3207-7058), em até 02 (dois) dias do prazo de vencimento da entrega do objeto (mídia), os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, informando a nova data de entrega, para avaliação pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

7.3.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3.8 Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com fretes (caso seja necessário), embalagens (no caso de mídia em discos), seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

7.3.9 Responsabilizar-se pelos possíveis erros ou incompatibilidades do objeto causados pelo uso de produtos de qualidade incompatíveis com a solução ou que não possua os requisitos necessários para o desempenho de suas funcionalidades no decorrer de sua utilização.

7.3.10 Satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste contrato.

7.3.11 Garantir a execução dos serviços, sem interrupção durante sua execução.

7.3.12 Indicar, por escrito, o(s) preposto (s), que ficará responsável pelas tratativas junto ao TJCE.

7.3.13 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do objeto deste contrato, sem autorização da Administração.

7.3.14 Manter, durante toda a vigência do contrato, um escritório instalado na cidade de Fortaleza-CE ou Região Metropolitana, com toda a infraestrutura adequada para atender às necessidades decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE FILMAGEM E EDIÇÃO:

8.1.1 Serviços de filmagem compreendem a captação de imagens e áudio para a produção de conteúdos audiovisuais. Serviços de edição compreendem o processo de seleção das imagens e entrevistas, montagem de vídeo tapes, de acordo com a especificação do conteúdo audiovisual requerido pelo TJCE. A edição também contempla atividades de pós-produção, com uso de recursos videográficos, sonorização, legendas etc., de acordo com especificação do conteúdo audiovisual solicitado pela TJCE.

8.1.2 Para as tomadas de imagens, a contratada deverá utilizar filmadoras de tecnologia digital de alta definição, padrão HD ou superior (1920x1080), sendo que todas as imagens, editadas ou não, serão de livre utilização por parte da TJCE.

8.1.3 O número de equipamentos a serem utilizados deverá ser adequado à necessidade do evento/atividade (utilização de uma ou duas câmeras).

8.1.4 Para definição do número adequado de câmeras a serem utilizadas quando das tomadas de imagens, a contratada opinará pelo que considera mais adequado, contudo tal sugestão encontra-se condicionada à prévia aprovação da TJCE, que poderá indicar, em caráter definitivo, o número de câmeras que entenda adequado.

8.1.5 O trabalho de edição, tanto de matéria jornalística quanto de vídeo institucional, deverá atender roteiro especialmente produzido para o respectivo trabalho e consistirá na seleção de imagens, elaboração e inserção de vinhetas, inserção de caracteres para identificação de pessoas, inserção de abertura e encerramento, inserção de efeitos de transição, menu interativo e demais elementos que facilitem a identificação do evento, e deverão ser entregues em (2) duas cópias, em DVD, com estojo com capa personalizada do evento e label impresso.

8.1.6 Para a prestação dos serviços de captação e edição de vídeo, a contratada deverá possuir:

8.1.6.1 Mesa de corte (switcher de vídeo), para o caso de filmagem em eventos com videoconferência, a fim de que, conectando todas as câmeras, possa ser selecionada a imagem que irá ao ar, com efeitos de transição;

8.1.6.2 Chroma key, cujo objetivo é eliminar o fundo de uma imagem para isolar os personagens ou objetos de interesse que posteriormente são combinados com uma outra imagem de fundo;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

8.1.6.3 Disponibilidade de pelo menos duas equipes de filmagem para cobertura de eventos simultâneos;

8.1.6.4 Equipe técnica formada de jornalista para execução de reportagens, cinegrafista, operador, kit de iluminação e de microfones, travelling, tele-prompter e transporte de equipe e equipamentos;

8.1.6.5 Equipe criativa (diretor de cena, diretor de fotografia e produtor), no caso de produção de vídeo institucional e/ou promocional.

8.1.2 A contratada deverá ser apta a produzir vinhetas animadas e sonorizadas, em computação gráfica 2D, para utilização em vídeos e matérias jornalísticas (mapas, infográficos, motion graphics, letterings etc).

8.1.2.1 Caso se mostre necessário, o TJCE solicitará à contratada a produção de vinhetas, a serem utilizadas na abertura, passagem e encerramento de vídeo ou programa de jornalismo.

8.1.3 Para edição de vinhetas, a contratada deverá possuir:

8.1.3.1 Trilha sonora de banco de trilha licenciada, aplicada em estúdio de áudio, nos vídeos;

8.1.3.2 Capacidade de produzir vídeos legendados em libras e idiomas tradicionais, bem como apresentador/repórter para atuar em vídeo e banco de vozes (masculinas, femininas, institucional/clássica, teatral/caricata), que poderão ser utilizadas para realizar locução em "off" das edições jornalísticas/institucionais;

8.1.3.3 Estúdio para produção de programa, com duas (2) câmeras padrão HD (1920x1080), com cenário condizente ao formato de programa a ser definido pelo TJCE (painéis, mobiliário, bancada e demais elementos cenográficos), equipamentos adequados e equipe técnica completa, além de iluminação de estúdio.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

9.1 Os quantitativos referentes ao objeto serão solicitados de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de ordem de serviço, acompanhada da respectiva nota de empenho.

9.2 O Contrato não obriga a contratação dos serviços, podendo o TJCE promovê-la de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada a contratada, em igualdade de condições.

9.3 O quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses encontra-se no quadro constante na Cláusula Terceira deste contrato.

9.4 Estima-se que o quantitativo mínimo por ordem de serviço será de 01 (uma) unidade.

9.5 A solicitação para prestação dos serviços será feita à contratada, por meio de ordem de serviço, exarada pela Assessoria de Comunicação Social e encaminhada prioritariamente por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas) da data da realização do evento/atividade. A ordem de serviço deverá conter as seguintes informações:

a) Endereço completo do local do evento/atividade;

b) Quantidade de horas estimada;

c) Previsão do horário de início e fim do evento/atividade;

d) Pré-pauta/briefing com informações principais sobre demanda solicitada.

e) Em caso de vídeos institucionais/promocionais, o planejamento do serviço será feito por meio de reunião presencial nas dependências do TJCE com equipe criativa da contratada para definição dos principais itens do roteiro do conteúdo solicitado;

f) O agendamento das entrevistas e tomadas de imagens necessárias para a execução de vídeos institucionais/promocionais ficará a cargo da contratada por meio da equipe de produção própria.

9.6 A montagem dos equipamentos inerentes à prestação dos serviços e a realização de todos os testes que se fizerem necessários deverão ser executadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil de antecedência da data e de início de cada evento/atividade, conforme orientação do TJCE;

9.7 Os serviços serão executados, via de regra, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Excepcionalmente, entretanto, poderá ser requestada a prestação de serviço no interior do estado do Ceará, onde houver necessidade da Administração, devendo a contratada ser comunicada com a antecedência prévia de 72h (setenta e duas horas). O quantitativo estimado referente ao serviço de captação de imagens

7



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

fora de Fortaleza consta na Cláusula Terceira, de acordo com plano de deslocamento com distâncias máximas a serem percorridas a partir da capital cearense.

9.7.1 É usual que em viagens a locais distantes acima de 300 quilômetros de Fortaleza, a equipe de produção pernoite no local para garantir o cumprimento, com qualidade, da demanda solicitada, o que gerará pagamento de diária aos profissionais, por conta da contratada.

9.8 No caso de serviços que demandem a presença de equipe técnica em local previamente indicado pela Administração, como de captação de imagens e entrevistas, a contratada deve comparecer em até (01) hora do horário apazado para a prestação dos serviços, para que o TJCE proceda na conferência da equipe profissional e equipamentos que serão utilizados para a prestação dos serviços;

9.9 No caso de serviços a serem executados pela contratada em suas instalações, deverão ser obedecidas as condições técnicas e profissionais mínimas exigidas no presente contrato.

9.10 Todos os serviços prestados, bem como todos os produtos resultantes desses serviços, devem ser padronizados, devendo a contratada primar pela uniformização dos processos de trabalho e do produto final a ser entregue ao TJCE.

9.11 A contratada deverá entregar o arquivo bruto de áudio e vídeo, em DVD, com 02 (duas) cópias, no formato padrão de DVD. O prazo para referida entrega é de, no prazo máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados da data da gravação.

9.11.1 Caso se mostre necessário, a critério do TJCE, deverá ser inserido no DVD um arquivo com gravação no formato mkv, mp4 ou flv. Nesse caso, o prazo para entrega da mídia deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do evento.

9.12 A entrega do produto da gravação deverá ser realizada na sala da Assessoria de Comunicação Social, localizada na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, no horário compreendido de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, em dia de expediente no órgão.

9.13 A entrega dos produtos deverá ser previamente agendada junto ao setor responsável, por meio do telefone (85) 3207-7058.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1 O objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

10.2 O recebimento do objeto por parte do TJCE não exclui a responsabilidade da contratada pela sua perfeita entrega ou execução, seja civil ou ético-profissional.

10.3 Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, após a realização do evento/atividade, desde que cumpridos o prazo e local constantes na ordem de serviço e no contrato para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue/serviço prestado com as especificações deduzidas no contrato.

b) Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após conferência da qualidade e adequação a todas as exigências constantes deste instrumento. O recebimento da mídia contendo o serviço contratado passará por verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, devendo haver rejeição no caso de desconformidade. O material deverá ser entregue no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio de DVD e/ou em formato eletrônico (.mp4) para o e-mail institucional da Assessoria de Comunicação Social.

10.4 O recebimento, tanto em caráter provisório como definitivo, será feito por parte do servidor indicado para fiscalização da execução dos serviços, em obediência ao art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

10.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

10.6 No caso de serem consideradas insatisfatórias as condições dos serviços prestados, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado (mídia) ser recolhido e substituído dentro do prazo de até 02(dois) dias úteis, pela contratada, sem custos para o TJCE.

10.7 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas no contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA ONZE – DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos referentes aos serviços que são objeto deste instrumento serão realizados mensalmente, através de depósitos bancários preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, mediante apresentação da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is), em nome de FERMOJU – FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - CNPJ: Nº 41.655.846/0001-47.

11.2. Os pagamentos devem ser encaminhados à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do setor de Protocolo, junto com a documentação solicitada, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

CLÁUSULA DOZE – DO REAJUSTE

12.1 Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses;

12.2 A contratada poderá solicitar ao Tribunal de Justiça reajuste de preços somente depois de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato. Quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado como base o IPC-A calculado e divulgado pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não, com o reajuste de preço.

CLÁUSULA TREZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e na criminal, às seguintes penalidades aplicadas isolada ou cumulativamente:

13.1.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que resultem de descumprimento de obrigações por parte da contratada, desde que não acarretem prejuízos financeiros, patrimoniais, orçamentários ao TJCE, nem resulte de ato de improbidade.

13.1.2 **Multas**, estipuladas na forma a seguir:

I – 1% (um por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto do Contrato, calculado sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 10% (dez por cento);

II – 2% (dois por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto do Contrato, calculados, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor da nota de empenho, em caráter excepcional e a critério do TJCE, quando o atraso ultrapassar 10 (dez) dias, não podendo superar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação assumida;

III – 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, por descumprimento das demais obrigações contratadas, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV – até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ou em caso de recusa parcial ou total de entrega do material ou de cancelamento do Contrato e

V – até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, caso a Contratada venha a apresentar declaração ou qualquer outro documento falso no curso da execução do objeto.

13.1.2.1 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, salvo prorrogação estipulada por escrito pelo TJCE, quando então será contabilizado o atraso a partir do vencimento da nova data designada.

13.1.2.2 O valor da multa deverá ser descontado de eventuais pagamentos a que a contratada fizer jus.

13.1.2.3 Na impossibilidade de desconto conforme previsto no subitem anterior, a contratada deverá pagar a multa no prazo de quinze dias, a contar da notificação para pagamento, de acordo com procedimento a ser indicado pela Secretaria de Finanças.

13.1.2.4 Os valores pagos a título de multa serão destinados ao Fundo de Reaparelhamento e



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, de acordo com procedimento a ser indicado pela Secretaria de Finanças.

13.1.2.5 Não efetuado o pagamento nos prazos e na forma estabelecidos neste Contrato serão os créditos inscritos em Dívida Ativa do Estado para cobrança devida.

13.1.3 **Impedimento de licitar e contratar com a Administração**, pelo prazo de até cinco anos, e descredenciamento do cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Ceará. Tal sanção será aplicada pelos prazos seguintes:

I – de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses:

a) quando a contratada der causa ao cancelamento do Contrato.

II – de 24 (vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses:

a) quando a contratada der causa, dolosa ou culposamente, à paralisação do fornecimento objeto, sem justo motivo e prévia comunicação à Administração;

b) quando a inexecução dolosa ou culposa, por parte da contratada, resultar em prejuízos à Administração;

c) quando a contratada a for condenada, definitivamente, pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos devidos em razão da execução do objeto;

d) quando a contratada entregar objeto falsificado ou adulterado ou

e) quando a contratada demonstrar não ter idoneidade para contratar com a Administração.

13.2 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da respectiva intimação.

CLÁUSULA QUATORZE – DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

14.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente, pela CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

14.2. A rescisão deste Contrato se dará na forma e nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/93.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração de promover a rescisão administrativa do presente Instrumento, em atenção ao artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

14.4. São vedados a manutenção, o aditamento ou a prorrogação do contrato de prestação de serviços com a licitante que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme artigo 3º da Resolução 7/2005 do CNJ.

14.5. São vedados a manutenção, o aditamento ou a prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição da Justiça Federal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º da Resolução Nº 156 do CNJ, de 08 de agosto de 2012.

CLÁUSULA QUINZE – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário da Justiça do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO

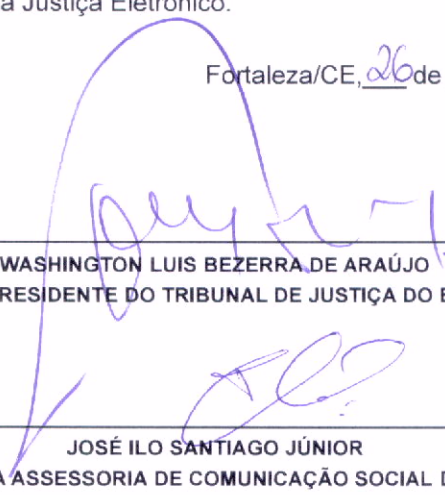
Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



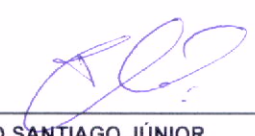
**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 26 de junho de 2019.



WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



JOSÉ ILO SANTIAGO JÚNIOR
CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TJCE



MARCUS ANTÔNIO FERNANDES TÁVORA TEIXEIRA
REPRESENTANTE DA EMPRESA MT VÍDEO PRODUÇÕES LTDA – EPP

Testemunhas: _____